

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE
carlosalexandre.df@cbnet.com.br

Otimismo de Haddad

Em Nova York, o ministro Fernando Haddad manifestou otimismo com as perspectivas econômicas no Brasil. O titular da Fazenda acredita que fatores externos, como a redução de juros nos Estados Unidos e na China, podem beneficiar a economia nacional. Haddad evitou críticas diretas ao Banco Central no dia da divulgação da ata do Comitê de Política Monetária, que reafirmou a linha agressiva do controle de juros.

Missão do BC

“Vamos retomar uma trajetória positiva e considerável. Sabemos que a economia brasileira está aquecida, crescendo a 3,2%, o Banco Central se preocupa com a inflação, que é a missão que ele tem, natural, mas queremos retomar uma trajetória de crescimento sustentável”, contemporizou o ministro da Fazenda.

Fora da urna

O TRE-MG indeferiu ontem a candidatura de José de Carvalho Neto (PP) à prefeitura de São José da Varginha, município de aproximadamente 5 mil habitantes. Em 2015, o candidato, conhecido como Netinho, foi detido pela Polícia Federal (PF) por transportar seis toneladas de maconha. Pelo crime, ele foi condenado a três anos e oito meses de prisão.

Inelegível, sim

Após cumprir pena e ser liberado em 2019, deveria ficar oito anos inelegível. Porém, em fevereiro de 2024, ele conseguiu uma liminar que lhe permitia concorrer. Essa decisão foi revogada ontem. O TRE entendeu que Netinho é inelegível pois “ainda não decorreu o prazo de oito anos a contar da data de extinção da punibilidade”.

Violência política em um país violento



O Brasil está entre os 20 países mais violentos do mundo, segundo estatísticas especializadas. Em um local onde mais de 45 mil pessoas morrem em razão de conflitos sociais, é consequência natural que a violência também contamine a política. Como salientou a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, trata-se de um “ensurdecido retrocesso civilizatório”, mas que infelizmente tem se tornado cada vez mais acentuado no processo político nacional.

Considerando os levantamentos do Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), há uma chance real de a escalada de agressões, ameaças e ataques se ampliar pelos próximos meses. Nas eleições municipais de 2020, o número de casos de violência política praticamente dobrou entre o terceiro e quarto trimestre – passou de 124 para 236 ocorrências. O mesmo crescimento exponencial ocorreu em 2022, quando os registros violentos saltaram de 103 para 213 casos no período crítico eleitoral.

Em 2024, a escalada da barbárie tende a se repetir. O segundo trimestre contabilizou 128 ocorrências, mais do que o dobro do primeiro trimestre. Se nada for feito, é forte a possibilidade de cenas como o pugilato no último debate para prefeitura paulistana ou o atentado a uma candidata no Guarujá (SP) se repetirem. Ou assumirem proporções ainda mais graves.

Mas no Congresso...

A depender da discussão no Congresso sobre o PLP 192, aprovado em agosto pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o cálculo da inelegibilidade de candidatos poderá ser revisto.

Reprodução/Instagram



Estrela brasileira

O presidente Lula e primeira-dama Janja tiveram um momento de celebração ao se encontrarem com a atriz Fernanda Torres em Nova York. A estrela é um das esperanças brasileiras para conquistar o Oscar de melhor atriz. “Tive o prazer de encontrar a Fernanda Torres. Hoje, ela assistiu ao meu discurso. Em breve, será minha vez de assisti-la em *Ainda Estou Aqui*”, escreveu Lula nas redes sociais.

Elogio mútuo

A atriz não escondeu a admiração pelo presidente. “Olha, um prazer ter te ouvido hoje lá”, disse Fernanda Torres no vídeo, comentando a participação de Lula na abertura da Assembleia Geral da ONU.

GALPÃO 17
BRASÍLIA MOTOR POINT

APOIO:
CORREIO
BRAZILIENSE
www.CORREIOBRAZILIENSE.com.br

6 ANOS



ANIVERSÁRIO DO GALPÃO

28.09 | 20h às 03h

BL. EDUARDO E MÔNICA

BANDA ROCK BEATS

BANDA ALMA ROCK + DJ

ADQUIRA AGORA
SEU INGRESSO
ANTECIPADO:



CONFLITO NO CAMPO

Mendes tenta conciliação no MS

Com escalada de violência no estado, ministro do STF convocou representantes do governo, dos indígenas e da Funai

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou para a tarde de hoje uma audiência para tentar uma solução consensual para o conflito envolvendo a demarcação da Terra Indígena Nande Ru Marangatu, no Mato Grosso do Sul. A decisão vem depois da morte de dois jovens indígenas, em menos de uma semana, vítimas dos conflitos. No dia 18, o jovem indígena Neri da Silva, de 22 anos, morreu em confronto com a polícia e na última terça-feira, foi encontrado o corpo do adolescente Fred Souza Garcete, de 15 anos, do povo Guarani Kaiowá.

O Supremo vem sendo pressionado por organismos ligados aos povos indígenas a colocar o tema em pauta, uma vez que, como ressaltou o próprio ministro, o processo está liberado para entrar na pauta do Plenário presencial desde junho de 2023.

“Os tristes e recentes episódios de violência no Município de Antônio João se juntam a tantos outros ocorridos nos últimos séculos na questão indígena e impõem resposta conjunta, rápida e definitiva, afirmou o ministro, ao convocar a audiência. “A inércia estatal não é mais opção. O diálogo e o respeito mútuo devem ser retomados”.

Gilmar Mendes mandou intimar, com urgência, os produtores rurais, a comunidade indígena Nande Ru Marangatu, o governo de Mato Grosso do Sul e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Segundo o despacho do ministro, todos devem ter representantes na audiência,

povo Guarani Kaiowá



Índigena Guarani Kaiowá foi morto na TI Nhanderu Marangatu

que ocorrerá, a partir das 14 horas, seguindo o modelo híbrido, com participação presencial, em Brasília, ou virtual.

Controvérsia

O conflito teve início a partir de um decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato, no ano de 2005. O decreto declarou a área de posse permanente indígena. Um grupo de pecuaristas e agricultores, no entanto, questionou o ato no Supremo.

A disputa envolve 9,3 mil hectares de terras no Município de Antônio João, área de fronteira com o Paraguai. Parte do imóvel teria sido destinada pela prefeitura local para a criação do Distrito de Paz do Campeste.

No Mandado de Segurança (MS 25463), os pecuaristas

alegam que a terra está em posse de não indígenas desde 1863, quando a Fazenda São Rafael do Estrela foi adquirida do Paraguai e passou a pertencer ao território brasileiro por força do Tratado de Paz firmado em 1870. Os títulos de domínio teriam sido expedidos, posteriormente, pelo Governo de Mato Grosso e ratificados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com anuência do Conselho de Defesa Nacional.

Uma ação declaratória de domínio em tramitação na Justiça Federal em Ponta Porã (MS) discute justamente a posse da terra demarcada pela União. Os pecuaristas e agricultores sustentam a nulidade do processo administrativo de demarcação iniciado pela Funai porque não lhes teria sido possibilitada a defesa.